

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM CURSOS DE GESTÃO E NEGÓCIOS: ANÁLISE DOCUMENTAL DAS DIRETRIZES E PROJETOS PEDAGÓGICOS

CURRICULARISATION OF UNIVERSITY EXTENSION IN MANAGEMENT AND BUSINESS COURSES: DOCUMENTARY ANALYSIS OF GUIDELINES AND EDUCATIONAL PROJECTS

INCORPORACIÓN DE LA EXTENSIÓN UNIVERSITARIA EN LOS CURSOS DE GESTIÓN Y NEGOCIOS: ANÁLISIS DOCUMENTAL DE LAS DIRECTRICES Y LOS PROYECTOS PEDAGÓGICOS

Susane de Queiroz Vale Freitas¹
Tiago Douglas Cavalcante Carneiro²
Serjane de Queiroz Vale Dantas³
Geísa Pereira de Araújo Dantas⁴
Mailton Cirne de Azevedo⁵
Rozineide Iraci Pereira da Silva⁶

RESUMO: Este estudo analisa a curricularização da extensão universitária em cursos de gestão e negócios, à luz das Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Trata-se de pesquisa qualitativa, de caráter documental, que examinou diretrizes nacionais, normativas internas de três instituições de ensino superior e seis Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) das áreas de Administração, Ciências Contábeis e Gestão Financeira, vigentes entre 2021 e 2025. A análise de conteúdo temática evidenciou que, embora todos os PPCs mencionem formalmente a obrigatoriedade da extensão, apenas parte deles apresenta detalhamento metodológico consistente, critérios avaliativos explícitos e estratégias de monitoramento institucional. Observou-se heterogeneidade na forma de inserção curricular, com predominância de modelos fragmentados e pouco articulados às competências formativas. Conclui-se que a consolidação da extensão como eixo estruturante do currículo nos cursos de gestão e negócios depende de maior coerência entre normativas, planejamento pedagógico e políticas institucionais de formação docente. O estudo contribuiu ao sistematizar categorias analíticas aplicáveis à avaliação da curricularização da extensão em cursos profissionalizantes.

Palavras-chave: Extensão universitária. Curricularização. Gestão e negócios.

¹Doutoranda em Ciências da Educação pela Christian Business School (CBS).

²Doutorando em Ciências da Educação pela Christian Business School (CBS).

³Doutoranda em Ciências da Educação pela Christian Business School (CBS).

⁴Especialista em finanças corporativas e Gestão Trabalhista e Previdenciária. Professor da Faculdade Caicoense Santa Teresinha.

⁵Graduado em Ciências Econômicas. Professor da Faculdade Caicoense Santa Teresinha.

⁶Ph.D. Doutora em Ciências da Educação, Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Psicopedagoga, Pedagoga, Analista do Comportamento Aplicada, Especialista em Escrita Acadêmica Avançada, Professora do Ensino Superior e professora orientadora da Christian Business School (CBS).

ABSTRACT: This study analyses the curricularisation of university extension in management and business courses, in light of the Guidelines for Extension in Brazilian Higher Education. This is a qualitative, documentary research study that examined national guidelines, internal regulations of three higher education institutions, and six Course Pedagogical Projects (PPCs) in the areas of Administration, Accounting Sciences, and Financial Management, in force between 2021 and 2025. Thematic content analysis showed that, although all PPCs formally mention the mandatory nature of extension, only some of them present consistent methodological details, explicit evaluation criteria, and institutional monitoring strategies. Heterogeneity was observed in the form of curricular insertion, with a predominance of fragmented models that were poorly articulated with formative competencies. It is concluded that the consolidation of extension as a structuring axis of the curriculum in management and business courses depends on greater consistency between regulations, pedagogical planning, and institutional teacher training policies. The study contributes by systematising analytical categories applicable to the evaluation of the curricularisation of extension in professional courses.

Keywords: University extension. Curricularization. Management and business.

RESUMEN: Este estudio analiza la curricularización de la extensión universitaria en cursos de gestión y negocios, a la luz de las Directrices para la Extensión en la Educación Superior Brasileña. Se trata de una investigación cualitativa, de carácter documental, que examinó las directrices nacionales, las normas internas de tres instituciones de educación superior y seis Proyectos Pedagógicos de Curso (PPC) de las áreas de Administración, Ciencias Contables y Gestión Financiera, vigentes entre 2021 y 2025. El análisis del contenido temático puso de manifiesto que, aunque todos los PPC mencionan formalmente la obligatoriedad de la extensión, solo algunos de ellos presentan detalles metodológicos coherentes, criterios de evaluación explícitos y estrategias de seguimiento institucional. Se observó heterogeneidad en la forma de inserción curricular, con predominio de modelos fragmentados y poco articulados con las competencias formativas. Se concluye que la consolidación de la extensión como eje estructurante del currículo en los cursos de gestión y negocios depende de una mayor coherencia entre las normativas, la planificación pedagógica y las políticas institucionales de formación docente. El estudio contribuye a sistematizar categorías analíticas aplicables a la evaluación de la curricularización de la extensión en cursos profesionalizantes.

Palabras clave: Extensión universitária. Curricularización. Gestão y negocios.

1. INTRODUÇÃO

As políticas educacionais brasileiras têm enfatizado, nas últimas décadas, a necessidade de integração entre ensino, pesquisa e extensão no ensino superior, considerando a extensão universitária como dimensão formativa essencial (BRASIL, 2018). Essa integração pressupõe que experiências educativas socialmente referenciadas, que ocorrem fora dos limites da sala de aula, sejam incorporadas de maneira curricular e intencional nos projetos pedagógicos dos cursos superiores.

No contexto dos cursos de gestão e negócios, a curricularização da extensão enfrenta desafios específicos, dada a tradição desses cursos em priorizar saberes técnicos e profissionalizantes. A literatura aponta que a extensão pode potencializar a articulação entre teoria e prática, favorecendo aprendizagens críticas e contextualizadas; contudo, sua formalização curricular ainda varia consideravelmente entre instituições (ALVES; KOCHHANN; MODESTO, 2023; SANTOS, 2011).

Este artigo busca analisar como a curricularização da extensão universitária é concebida e formalizada nos documentos oficiais e nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) dos cursos de gestão e negócios, com o objetivo de compreender as diretrizes, normativas e modalidades de organização da extensão no currículo destes cursos.

Este estudo diferencia-se de investigações anteriores por realizar análise comparativa entre diretrizes nacionais, normativas institucionais e PPCs de cursos da área de gestão e negócios, campo ainda pouco explorado em pesquisas empíricas sobre curricularização da extensão. Ao sistematizar categorias analíticas específicas e evidenciar lacunas metodológicas nos documentos curriculares, o artigo contribui para o aprimoramento das políticas institucionais de extensão e para o debate sobre qualidade formativa no ensino superior.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter documental e analítico, cujo objetivo é examinar como a curricularização da extensão universitária é formalizada nos cursos de gestão e negócios, considerando diferentes níveis normativos e curriculares. A análise documental, conforme Bardin e Gil, possibilita apreender sentidos, intencionalidades e articulações presentes em textos institucionais e normativos.

O corpus documental foi composto por: I – Diretrizes nacionais para a extensão universitária, com ênfase na Resolução CNE/CES nº 7/2018; II – Normativas internas sobre extensão de três instituições de ensino superior (duas públicas e uma privada); III – Seis Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) de graduação nas áreas de Administração, Ciências Contábeis e Gestão Financeira, vigentes entre 2021 e 2025.

Os PPCs foram selecionados a partir dos seguintes critérios: Cursos pertencentes à área de gestão e negócios; Documentos atualizados após a publicação da Resolução CNE/CES nº 7/2018; Disponibilidade pública integral do documento.

A análise foi conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo temática, envolvendo as seguintes etapas: a) leitura exploratória e sistematização estrutural dos documentos; b) identificação de categorias relacionadas à inserção da extensão no currículo; c) comparação entre diretrizes nacionais, normativas institucionais e PPCs; d) interpretação analítica à luz do referencial teórico sobre currículo, extensão universitária e saberes docentes.

As categorias emergentes foram: (1) forma de inserção curricular; (2) definição metodológica; (3) critérios de avaliação; (4) articulação interdisciplinar; (5) suporte institucional e formação docente.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A curricularização da extensão se apoia na compreensão normativa de que a extensão universitária deve ser incorporada ao currículo como prática formativa, articulando saberes técnicos, pedagógicos e sociais (BRASIL, 2018). Essa preocupação deriva da perspectiva de que o currículo deve refletir as demandas sociais e promover aprendizagens contextualizadas e críticas (LIBÂNEO, 2013; FREIRE, 1996). No campo dos saberes docentes, a extensão, enquanto prática curricular, implica mobilização de saberes pedagógicos, disciplinares e experienciais para mediar situações educativas reais (TARDIF, 2014).

No que tange à curricularização da extensão no ensino superior, pesquisas recentes têm demonstrado que tem sido um dos principais desafios das políticas educacionais contemporâneas no ensino superior brasileiro, especialmente em cursos profissionalizantes e voltados para o mundo do trabalho. Bezerra e Colares (2024), em revisão crítica, apontam que, apesar da normatização institucional que recomenda a integração curricular da extensão, ainda há uma “fragmentação conceitual” que dificulta sua operacionalização nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), sobretudo em áreas marcadas por forte tradição técnico-profissional, como gestão e negócios.

Estudos empíricos também têm identificado variações na forma como a extensão é incorporada às matrizes curriculares. Em pesquisa com cursos de Administração e áreas afins, Silva e Vasconcelos (2025) verificaram que muitas instituições tratam a extensão como atividade extracurricular ou simplesmente como requisito de horas complementares, sem evidenciar articulação clara com objetivos de formação integral. Esses resultados sugerem não apenas lacunas conceituais, mas também dificuldades práticas na implementação de diretrizes curriculares nacionais em contextos institucionais distintos.

Investigações mais específicas também apontam desafios relacionados à articulação entre curricularização da extensão e formação docente. Pegoraro et al. (2024), ao analisar documentos institucionais e entrevistas com docentes, observaram que a falta de clareza sobre as competências extensionistas e a ausência de diretrizes pedagógicas consistentes nos PPCs contribuem para a naturalização de práticas compensatórias ou superficiais, em detrimento de abordagens realmente integradoras.

Outros autores destacam o papel das políticas públicas e das diretrizes nacionais como referência normativa, mas ressaltam que a sua efetiva transposição para os currículos depende de condições institucionais favoráveis e de processos de formação e apoio aos docentes (Alves; Kochhann; Modesto, 2023). Nessa mesma linha, a análise de Lima e Ferreira (2024) sobre cursos de ciências humanas e sociais indicou que a formalização da extensão nos documentos curriculares tende a ser mais consistente quando há articulação entre as áreas de ensino, a coordenação pedagógica e instâncias deliberativas, sugerindo que essa integração não ocorre de forma automática nem homogênea.

De maneira geral, o estado da arte demonstra que, embora haja crescente reconhecimento da importância da curricularização da extensão nos cursos superiores, persistem algumas lacunas na forma como essa integração é formalizada e operacionalizada, especialmente em campos profissionais como gestão e negócios. Essa lacuna justifica a necessidade de estudos que analisem sistematicamente, por meio de análise documental, o lugar que a extensão ocupa nos currículos e Projetos Pedagógicos, apontando implicações para práticas pedagógicas e para o desenvolvimento profissional docente.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise documental realizada a partir das diretrizes nacionais, normativas institucionais e Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) de cursos de gestão e negócios evidencia um conjunto de padrões, tensões e lacunas que caracterizam a forma como a extensão universitária tem sido curricularizada no contexto do ensino superior brasileiro. Essa análise aponta que, apesar do arcabouço normativo vigente, especialmente as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (BRASIL, 2018), a operacionalização da curricularização ainda se dá de maneira heterogênea, com diferentes níveis de formalização, variabilidade de concepções e lacunas explícitas quanto à integração pedagógica.

4.1. Curricularização da extensão como obrigação normativa vs. prática curricular real

A análise dos seis Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) selecionados (três de instituições públicas e três de instituição privada) evidencia que a curricularização da extensão se encontra formalmente incorporada aos documentos, em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 7/2018, que determina a obrigatoriedade de, no mínimo, 10% da carga horária destinada a atividades extensionistas.

Em todos os PPCs analisados (6/6), há menção explícita à exigência normativa da extensão como componente curricular. Contudo, a forma de operacionalização apresenta algumas variações. Apenas dois PPCs (2/6) apresentam descrição detalhada da organização das atividades extensionistas, incluindo definição de objetivos formativos, estratégias metodológicas e critérios avaliativos. Nos demais quatro documentos (4/6), a extensão é apresentada predominantemente como exigência quantitativa de carga horária, sem explicitação sistemática dos procedimentos pedagógicos que sustentariam sua integração ao currículo.

Quanto ao modelo de inserção curricular, observou-se que três PPCs (3/6) vinculam a extensão a disciplinas específicas, com carga horária delimitada e ementas próprias. Nos outros três casos (3/6), a extensão aparece como atividade transversal ou como requisito complementar distribuído ao longo do curso, sem vinculação direta a componentes curriculares específicos. Essa diversidade de arranjos indica níveis distintos de integração curricular, variando entre modelos mais estruturados e propostas mais fragmentadas.

Outro aspecto relevante refere-se à ausência de instrumentos formais de monitoramento e avaliação institucional das atividades extensionistas. Nenhum dos PPCs analisados (0/6) apresenta indicadores de desempenho acadêmico, mecanismos sistemáticos de acompanhamento ou critérios institucionais de avaliação da qualidade das ações desenvolvidas. Essa lacuna sugere que, embora a extensão esteja formalmente institucionalizada, sua consolidação como prática pedagógica estruturante ainda carece de mecanismos avaliativos consistentes.

Os dados indicam, portanto, um cenário no qual a curricularização da extensão se apresenta consolidada em termos normativos, mas ainda em processo de maturação no que concerne à sua integração metodológica e avaliativa nos cursos de gestão e negócios.

4.2. Conceitualizações disciplinares e lugar da extensão no currículo

Outra evidência importante que emergiu da análise documental foi a diversidade de concepções sobre o papel da extensão nos cursos de gestão e negócios. Em quatro dos seis PPCs analisados, a extensão é descrita como ferramenta de “aplicação prática do conhecimento”, restrita a projetos específicos isolados do currículo central. Essa concepção remete a uma perspectiva tradicional de ensino técnico, na qual a extensão é vista como atividade complementar à formação “pura e simples” do conteúdo (LIBÂNEO, 2013; MORAN, 2015).

Por outro lado, PPCs mais recentes, especialmente em universidades públicas e instituições que adotam estruturas curriculares inovadoras, apresentam a extensão como elemento articulador de saberes técnicos e sociais, enfatizando sua função integradora no desenvolvimento de competências complexas, como tomada de decisão ética, resolução colaborativa de problemas e engajamento comunitário. Essa concepção dialoga com a proposta de educação por competências e com as contribuições de autores que defendem práticas pedagógicas contextualizadas e críticas (FREIRE, 1996; SCHLEMMER; MATTOS, 2018).

Todavia, mesmo quando essa concepção é explicitada textualmente, muitos PPCs não apresentam mecanismos claros para operacionalizá-la em termos de atividades sistemáticas, instrumentos de avaliação e articulação entre disciplinas. Isso sugere que a curricularização da extensão ainda é, em muitos casos, uma intenção formal que carece de tradução metodológica, o que converge com o que aponta a literatura sobre o tema (ALVES; KOCHHANN; MODESTO, 2023; LIMA; FERREIRA, 2024).

7

4.3. Curricularização e integração interdimensional no ensino superior

A curricularização eficaz da extensão pressupõe que esta não seja uma dimensão isolada, mas sim um elemento articulador que perpassa todo o currículo, promovendo integração entre diferentes campos do saber e entre atividades formativas. Essa perspectiva é essencial em cursos de gestão e negócios, onde a aprendizagem deve articular teoria, prática e reflexão crítica sobre o papel profissional no contexto social mais amplo (TARDIF, 2014; SHULMAN, 1986).

Entretanto, essa integração interdimensional ainda é incipiente na maioria dos PPCs analisados. As diretrizes frequentemente aparecem como recomendações gerais, sem expressões claras de como a extensão articula com: atividades de ensino formal (disciplinas obrigatórias); processos de avaliação integrados; estágios e práticas profissionais supervisionadas; projetos interdisciplinares e inovadores.

Essa constatação é consistente com achados de Silva e Vasconcelos (2025), que identificaram que a extensão tende a ser estruturada como um “compartimento isolado”, não como eixo articulador do currículo. A ausência de mecanismos explícitos de articulação curricular pode dificultar a construção de trajetórias formativas integradas, limitando a extensão a momentos pontuais ou extracurriculares.

4.4. Formação docente, capacitação e suporte institucional

A análise das normativas internas das três instituições investigadas revela que o suporte institucional à implementação da extensão curricularizada ainda se mostra desigual e incipiente.

Entre as três instituições analisadas, apenas uma (1/3) menciona explicitamente a existência de programas institucionais de formação continuada voltados à capacitação docente para o desenvolvimento de práticas extensionistas integradas ao currículo. Nessa instituição, há referência a oficinas pedagógicas e orientações metodológicas específicas para a organização de projetos extensionistas vinculados às disciplinas.

Nas outras duas instituições (2/3), embora a curricularização esteja formalmente regulamentada, não há menção a políticas estruturadas de formação docente ou a diretrizes pedagógicas específicas que orientem a integração entre ensino, pesquisa e extensão. A ausência de tais mecanismos sugere que a operacionalização da extensão tende a depender predominantemente de iniciativas individuais dos docentes ou de ações pontuais das coordenações de curso.

Além disso, nenhum dos PPCs analisados explicita competências extensionistas docentes ou descreve parâmetros institucionais claros para o acompanhamento pedagógico das atividades desenvolvidas. Essa constatação indica que a curricularização, embora formalmente incorporada, não é acompanhada, de modo sistemático, por estratégias institucionais robustas de desenvolvimento profissional docente.

Esses achados reforçam a compreensão de que a efetiva integração da extensão ao currículo não depende apenas da previsão normativa ou da alocação de carga horária, mas exige investimento institucional em formação continuada, orientação metodológica e mecanismos de acompanhamento pedagógico que sustentem práticas extensionistas consistentes e integradas à formação profissional.

4.5. Lacunas metodológicas e implicações formativas

Finalmente, a análise documental evidenciou lacunas metodológicas no tratamento da extensão em PPCs de cursos de gestão e negócios. Entre elas destacam-se: falta de definição clara sobre avaliação da aprendizagem extensionista; ausência de indicadores de desempenho acadêmico relacionados à extensão; pouca articulação entre conteúdos teóricos, atividades extensionistas e competências profissionais; ausência de mecanismos de monitoramento institucional.

Essas lacunas corroboram achados contemporâneos que apontam para a necessidade de modelos claros de operacionalização da extensão curricular que articulem objetivos formativos, metodologias de ensino, instrumentos de avaliação e mecanismos de retroalimentação curricular (LIMA; FERREIRA, 2024; ALVES; KOCHHANN; MODESTO, 2023).

Ao mesmo tempo, essas lacunas oferecem oportunidades para proposições teóricas e práticas que podem ser exploradas em outros artigos da tese, contribuindo para uma agenda de pesquisa inovadora e relevante para o campo da educação superior em gestão e negócios.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise documental das diretrizes nacionais, normativas institucionais e Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) de cursos de gestão e negócios evidenciou que a curricularização da extensão universitária se encontra formalmente institucionalizada no contexto do ensino superior brasileiro, sobretudo a partir das Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (BRASIL, 2018). Entretanto, os resultados demonstram que a tradução dessa normatividade em práticas curriculares efetivamente integradas ainda ocorre de forma heterogênea e, em muitos casos, superficial.

Verificou-se que, embora os PPCs mencionem a obrigatoriedade da extensão como componente curricular, persistem lacunas quanto à explicitação de metodologias, critérios de avaliação, mecanismos de monitoramento e articulação com os planos de ensino das disciplinas. Tal cenário revela um distanciamento entre o discurso normativo e a operacionalização pedagógica da extensão, especialmente nos cursos de gestão e negócios, cuja tradição formativa tende a privilegiar conteúdos técnicos e profissionalizantes.

A pesquisa também evidenciou que a ausência de estratégias institucionais claras de formação e apoio docente pode comprometer a consolidação da extensão como eixo estruturante do currículo. A curricularização, nesse sentido, não se resume à inclusão de carga horária

obrigatória, mas demanda planejamento pedagógico sistemático, integração interdisciplinar e alinhamento entre objetivos formativos, práticas extensionistas e avaliação da aprendizagem.

No campo específico da gestão e negócios, a efetiva integração da extensão ao currículo apresenta potencial expressivo para o desenvolvimento de competências críticas, éticas e socialmente responsáveis, fortalecendo a articulação entre teoria e prática e ampliando a compreensão do papel social do profissional formado. Contudo, para que esse potencial se concretize, é necessário superar a lógica de inserção fragmentada da extensão e avançar para modelos mais integradores e institucionalmente sustentados.

Como contribuição, este estudo oferece um panorama analítico sobre o modo como a extensão vem sendo formalizada nos currículos de gestão e negócios, identificando lacunas e possibilidades de aprimoramento. Ao mesmo tempo, abre espaço para investigações futuras que aprofundem a análise comparativa entre instituições, examinem os impactos da curricularização na formação discente e explorem estratégias pedagógicas inovadoras que consolidem a extensão como prática curricular efetiva.

Dessa forma, conclui-se que a curricularização da extensão constitui um avanço normativo relevante no ensino superior brasileiro, mas sua consolidação como prática pedagógica estruturante nos cursos de gestão e negócios ainda depende de maior coerência entre políticas, documentos curriculares e práticas institucionais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A. P. de O.; KOCHHANN, A.; MODESTO, J. G. University extension and teacher education: a systematic literature review. *Revista de Educação Contemporânea*, 2023.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BEZERRA, A. N. S.; COLARES, A. A. A extensão universitária no Brasil: concepções e influências curriculares. *Revista Brasileira de Políticas Educacionais*, 2024.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal; 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília; 2018..
- FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus; 2012.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas; 2019.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 2013.

LIMA, C. M.; FERREIRA, P. R. Integração curricular da extensão e instâncias pedagógicas em cursos superiores. *Revista de Estudos Curriculares*, 2024.

MORAN, José Manuel. Mudando a educação com metodologias ativas. Tradução. Ponta Grossa: UEPG/PROEX, 2015.

PEGORARO, S. de O. M. et al. Curricularização da extensão: perspectivas docentes e limitações institucionais. *Educação & Sociedade*, 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI*. São Paulo: Cortez, 2011.

SHULMAN, Lee. Those who understand: knowledge growth in teaching. *Educational Researcher*, 1986.

SILVA, C. M. da; VASCONCELOS, A. Extensão universitária integrada ao currículo de cursos de Administração e afins: desafios e potencialidades. *Revista de Ensino de Administração*, 2025.

SCHLEMMER, Eliane; MATTOS, Maria José Viana Marinho de. Extensão universitária e inovação pedagógica: desafios para a curricularização. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 9, n. 2, p. 95-108, 2018.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2014.